



1
2 **SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL**
3 **E PESSOA IDOSA**
4 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER**
5 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS SETEMBRO DE 2023**
6

7 Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 9 horas e quinze minutos em
8 segunda chamada, no formato presencial na Sala de Situação no 4º andar do Palácio das
9 Araucárias sito a Rua Jacy Loureiro s/n e por web conferência pela plataforma do Google Meet
10 com Link: meet.google.com/gku-dvpu-ygw; deu-se início a reunião ordinária do CEDM. Estavam
11 presentes; **Conselheiras Representantes Governamentais:** Titular: Mariana de Sousa
12 Machado Neris (Casa Civil); Suplente: Larissa Marsolik (Casa Civil); Titular: Mariana Lopes da
13 Silva Bonfim (SEEC); Suplente: Kharin Bevervanso (SEAB); Titular: Silvana de Melo Ribas
14 (SEED); Suplente: Andrea Maria Sanson Corat (SEJU); Titular: Liza Marie Fortes (SETR);
15 Suplente: Mariluce Santos de Pontes Gogosz (SETR); Titular: Carolina Bolfe Poliquesi (SESA);
16 Suplente: Carla Konieczniak Aguiar (SESA); Titular: Silvia Cristina de Lima (SEDEF); Suplente:
17 Kamila Conte Kunz (SECID); Titular: Alcileny Adriana da Cunha Artigas (SESP); **Conselheiras**
18 **Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM); Titular;
19 Daniella Blanc Pierri Marques (FMPR); Suplente: Fernanda Queiroz (FMPR); Titular: Taís
20 Adams Gramowski (APP/Sindicato); Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira Neves
21 (APP/Sindicato); Titular: Carmen Regina Ribeiro (RFS); Titular: Margot Lopes lung (LBTQI+);
22 Titular: Benedita Isabel dos Santos (CUT); Titular: Ivanete Paulino Xavier (RMN); Titular:
23 Rosalina Batista (ASSEMBA); Suplente: Patricia Robes Loureiro (SINDJUS/PR); Titular:
24 Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL); Titular: Isabela Candeloro Campoi (UNESPAR);
25 Suplente: Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR); **Colaboradoras(es) e Convidadas(os):**
26 Leandre Dal Ponte; Diego Buligon; Simone Eloise Vicente; Mariana Martins Nunes; Marla
27 Martins; Adriana Siuta Lemos; Giziane Maria Rodrigues; Tamara Zazera Rezende; Fátima Ikiko
28 Yokohama; Juliany dos Santos; Larissa Sayuri; Sionara de Paula; Fernanda Heberle; Gabrielle
29 Collatusso; Carmen Zadra; Leonardo Pelegrin de Almeida; Bruna Ottobelli; Priscila da Silva;
30 Bruna Casas Ribeiro; Natasha Queiroz; Alessandra Abraão; Deise Tokano; Walquiria Onete
31 Gomes; Sidnei Fatuche; item um; **1) Boas vindas da Presidente:** A Presidente Mariana de
32 Sousa Machado Neris deseja um bom dia, dá boas vindas a todas e todos que estão presencial
33 e também na forma virtual, declara aberta a reunião e passa a palavra para a Vice Presidente
34 Maria Isabel Pereira Corrêa, que deseja um bom dia a todas, se desculpa por hoje não poder
35 estar presencial, justifica que está em viagem mas acredita que nessa reunião de hoje irão fazer
36 bons encaminhamentos e deseja um ótimo dia de trabalho, Mariana agradece Maria Isabel e
37 passa para o ponto de pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A Presidente
38 Mariana faz a leitura da pauta e a mesma foi aprovada pelas Conselheiras; item três; **3)**
39 **Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Mês de Agosto de 2023:** Ata sem registro de
40 contribuições, aprovada; item quatro; **4) Informes da Secretaria Executiva:** A Secretária
41 Executiva Maria Letícia Acuro Zavala Dellê deseja um bom dia a todas, inicia os informes
42 justificando a ausência das Conselheiras Titular e Suplente da Secretaria de Estado da Ciência,
43 Tecnologia e Ensino Superior (SETI) na reunião de hoje, pois as mesmas já possuem uma
44 agenda na cidade de Cascavel com o Secretário, fala com relação aos ofícios recebidos: ofício
45 nº 133/2023 do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) convidando 01 representante
46 Governamental e 01 representante da Sociedade Civil para participar da XIV Conferência
47 Estadual da Assistência Social que terá como tema central “Reconstrução do SUAS: O SUAS
48 que temos e o SUAS que queremos”, que acontecerá nos dias 03, 04 e 05 de outubro na
49 UNIPAR de Cascavel, diz que a indicação das representantes deverá ser feita até o dia
50 11/09/2023, fala agora com relação aos ofícios encaminhados: ofício nº 048/2023 para a
51 Procuradoria da Mulher parabenizando pela audiência pública, ofício nº 049/2023 para o Sr.
52 Altair motorista do “Ônibus Lilás” agradecendo pelo seu trabalho prestado, ofícios de nº 050,
53 051 e 052/2023 para o Ministério Público, para o Tribunal de Justiça e para a Procuradoria da

56 Mulher, informando sobre o processo eleitoral e solicitando a divulgação aos seus contatos do
57 edital de eleição da Sociedade Civil, informa também que no dia 10 de agosto de 2023 foram
58 encaminhados emails aos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher solicitando a divulgação
59 do edital de eleição da Sociedade Civil, conta que a Agência Estadual de Notícias fez uma
60 matéria sobre o processo eleitoral a qual está publicada no site do Governo e no site da
61 SEMIPI, também o Gabinete da Secretária encaminhou ofício nº 695/2023 para a sua lista de
62 contatos das Organizações da Sociedade Civil divulgando o edital de eleição, fala que foram
63 recebidos até o momento 08 formulários de inscrição para candidatura e votação no processo
64 eleitoral, da Associação de Entidades de Mulheres do Paraná (ASSEMPA), da Rede de
65 Mulheres Negras (RMN), do Grupo União pela Vida Umuarama, do Sindicato dos Trabalhadores
66 em Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas e Similares, da Associação de Travestis e
67 Transexuais de Foz do Iguaçu (Casa de Malhu), da Ação Social Irmandade Sem Fronteiras, da
68 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (FETAEP) e
69 da Associação Garagem Mulher, informa também com relação as substituições de Conselheiras
70 Governamentais, Conselheira Suplente da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e
71 Renda (SETR) Mariluce Santos de Pontes Gogosz em substituição a Aline Ferreira Pimentel
72 Decreto nº 3165/2023, Conselheira Titular da Secretaria de Estado da Educação (SEED)
73 Silvana de Melo Ribas em substituição a Regina Célia Vitória e também Conselheira Suplente
74 Sandra Aparecida da Silva em substituição a Simone Aparecida Ferreira, Decreto nº 3235/2023,
75 e Conselheira Suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
76 (SETI) Paula Turra Grechinski em substituição a Dinéia Alves de Freitas, Decreto nº 3226/2023
77 e finaliza dizendo que seriam esses os informes da secretaria executiva, a Presidente Mariana
78 agradece Maria Letícia, cumprimenta as novas Conselheiras citadas, agradece as Conselheiras
79 que foram substituídas, pelo tempo que estiveram nesse Conselho, diz que com relação ao
80 processo eleitoral da Sociedade Civil sugere prorrogar o tempo de inscrições que seria até dia
81 11 de setembro para encerrar no dia 15 de setembro, para dar maior chance de participação
82 para as entidades, todas concordam, fala também que com relação a indicação de Conselheiras
83 representantes para a Conferência Estadual da Assistência Social no mês de outubro em
84 Cascavel ela se propõe a representar as Conselheiras Governamentais, pergunta as
85 Conselheiras da Sociedade Civil quem se disponibiliza a participar, de momento nenhuma se
86 habilita, então sugere a Secretária Executiva enviar solicitação via email e grupo de WhatsApp
87 para todas as Conselheiras para que retornem e ocorra essa indicação e passa para o próximo
88 ponto da pauta; item cinco; **5) Informes da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial
89 e Pessoa Idosa (SEMIPI)**; A Deputada Federal Secretária da SEMIPI Leandre Dal Ponte
90 cumprimenta todas e todos, agradece e parabeniza todo o empenho, participação e
91 funcionamento desse Conselho, agradece a Presidente Mariana e Vice Presidente Maria Isabel
92 pelo exímio trabalho que vem sendo feito por elas, fala do trabalho feito com o programa
93 “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” que trouxe um retrato do Estado do Paraná em
94 especial na questão de organização de serviços voltados para as mulheres, ou seja, possibilitou
95 saber o que o Paraná tem e o que ainda precisa ser construído, aquilo que é urgente, que é
96 inevitável e fala que esse Conselho ajudou muito no evento Caravana, na questão de mobilizar
97 lideranças, sensibilizar gestores dos Municípios para criação do Fundo, para reativar ou criar
98 novos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, fala também do Grupo de Trabalho do
99 CRAM que tem trabalhado muito para poder dar novas diretrizes, ordenamento para que seja
100 uma política de Estado, para que todos sigam as mesmas orientações de forma eficiente e
101 eficaz no combate a violência contra a mulher, diz que hoje é um dia muito especial para
102 Secretaria da Mulher, para o Governo do Estado, para o Conselho, pois hoje na pauta dessa
103 reunião item sete; 7) Apresentação sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM),
104 Perspectivas e Oportunidades de Financiamento de Ações, Programas e projetos, todas vão
105 ter a oportunidade de participar da proposta de deliberação do repasse dos primeiros recursos
106 específicos para as Políticas das Mulheres, diz que é pouco mas já é um passo inicial, sabe que
107 o número de Fundos dos Direitos da Mulher nos Municípios já é significativo portanto vai

110 necessitar de muito mais recursos, e para isso acontecer será solicitado ao Governador uma
111 suplementação, fala que a Secretaria da Mulher tem trabalhado muito, mas é uma longa
112 caminhada que se tem pela frente, algo que vai demandar muito, mas tem como objetivo de até
113 o final desse ano efetivar a transferência dos recursos para os Municípios que estão aptos a
114 recebê-los para que então os mesmos comecem a desenvolver políticas voltadas para as
115 mulheres, mostra agora a Cartilha Material Orientativo, Cartilha esta que foi criada para orientar
116 os Conselhos Municipais, um guia que vai subsidiar os Municípios na questão de governança
117 além de perguntas e respostas, dúvidas que muitas vezes as gestoras tem, contém também as
118 minutas para criação do Fundo, do Conselho, facilitando assim a vida das gestoras Municipais,
119 finaliza dizendo que gostaria de fazer um convite para o “Encontro Estadual de Gestoras de
120 Políticas Públicas para Mulheres” que deverá acontecer no início de dezembro deste ano, que
121 já tem a confirmação de presença do Ministério das Mulheres e ONU Mulheres, fala que deseja
122 que as líderes gestoras dos 399 Municípios estejam presentes nesse evento, então já antecipa
123 o convite para esse Conselho, para todas as Conselheiras representantes da Sociedade Civil e
124 Governamentais, agradece a todas as Conselheiras e Colaboradoras pelo empenho e
125 participação nesse Conselho e diz que sempre estará aberta ao diálogo e disponível para todas,
126 a Presidente Mariana agradece a Secretária Leandre pela sua fala e passa a palavra para a
127 Vice Presidente, Maria Isabel cumprimenta a Secretária Leandre e toda a sua equipe pelo
128 trabalho hercúleo que foi feito com o programa “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” pois
129 felizmente já se percebe muita coisa acontecendo em torno dessa movimentação, todo esse
130 trabalho já começa a trazer frutos e ampliar essa rede de proteção, conta que esteve em um
131 evento do Agosto Lilás em Irati quando então foi criada a Secretaria Municipal de Políticas para
132 as Mulheres, Criança e Pessoa Idosa, diz que o Fundo dos Direitos da Mulher será muito bem
133 vindo, esse repasse do Estado para os Municípios, e espera que também nos próximos anos
134 possam ter também esse fundo vindo do Governo Federal, diz que toda essa movimentação
135 feita com o Programa Caravana a faz pensar em uma articulação do Conselho Nacional com o
136 Conselho Estadual e do Conselho Estadual com os Conselhos Municipais fazendo de fato
137 essas conversas bipartites e tripartites, que são fundamentais para o desenvolvimento de todas
138 as políticas, diz que então se tem novamente a possibilidade de esperar aqui no Paraná a
139 ampliação das redes de proteção e reduzir essa situação tão terrível que é a do feminicídio e de
140 violências de todos os tipos sofridas pelas mulheres, finaliza sua fala parabenizando a
141 Secretária e diz que esse Conselho é parceiro nessas lutas pois juntas caminham melhor e
142 mais longe, a Conselheira Larissa Marsolik pede a palavra, cumprimenta todas e todos, fala da
143 importância da Cartilha Material Orientativo criada para subsidiar os Municípios, agradece a
144 contribuição de Fátima Yokohama e Diego Buligon da SEMIPI na construção do conteúdo
145 técnico desse Material Orientativo, o qual pode ajudar por um longo tempo o fortalecimento dos
146 Conselhos Municipais, diz que o mesmo estará disponível no formato virtual no site do CEDM e
147 também será distribuído no decorrer do tempo, finaliza dizendo que pretende apresentar na
148 próxima reunião desse Conselho um relatório consolidado da 1º temporada do Programa
149 “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” e que a 2º temporada será em 2024, não tendo mais
150 nada a tratar a Presidente Mariana agradece Larissa e passa para o próximo ponto da pauta;
151 item seis; **6) Apresentação do Grupo de Trabalho (GT) sobre o CRAM – Coordenação de**
152 **Enfrentamento a Violência contra as Mulheres;** A Colaboradora Larissa Sayuri e Carmen
153 Zadra ambas da SEMIPI, cumprimentam a todas, e iniciam a apresentação falando sobre a
154 reunião técnica com os 13 CRAMs do Paraná quando então foi criado o Grupo de Trabalho para
155 tratar do CRAM (Centro de Referência de Atendimento a Mulher), Grupo de Trabalho que tem o
156 objetivo de referenciar os processos de trabalho, considerando as especificidades das situações
157 e realidades municipais, demandas, porte populacional e rede instalada, balizamento
158 necessário para qualificação da oferta a partir da incorporação de saberes traduzido em
159 metodologia de trabalho, além da possibilidade de avaliar o que deu certo e o que deve ser
160 aprimorado, tais como recursos humanos, financeiros, estrutura física, equipe técnica e
161 definição de papéis, com fluxos claros de atuação entre as políticas setoriais e as de garantia

164 de direitos, a perspectiva é potencializar, qualificar e expandir a rede que oferta o atendimento a
165 mulher em situação de violência, Larissa Sayuri fala sobre os objetivos específicos do GT que
166 são: Refletir sobre a metodologia de trabalho do CRAM e tudo que envolve tais como, gestão,
167 rede, território, realidade, dentre outros; Elaborar os seguintes documentos técnicos, o Passo a
168 passo para implantação do CRAM no Paraná, O CRAM que queremos no Paraná - Caderno
169 Orientativo; Reorganizar o assessoramento técnico da gestão estadual as gestões municipais e
170 CRAMs; Implementar sistemática de geração e compartilhamento de informações, fala que tem
171 como base o documento existente que subsidia os CRAMs que foi elaborado pelo Governo
172 Federal e disponibilizado em 2006 com a ideia central do Caderno Orientativo certamente a de
173 manter as diretrizes propostas porém alinhadas a realidade do Paraná, conta que o GT se
174 organizou da seguinte forma: composto por representantes de todos os Municípios que
175 possuem CRAM e alguns Órgãos com afinidade ao tema e foram organizadas as discussões
176 em “Blocos”, diz que em julho de 2023 foram iniciadas as reuniões e um “drive” foi criado para a
177 alimentação de cada Bloco de assuntos e que semanalmente os profissionais juntamente a
178 equipe de Coordenação de enfrentamento a Violência Contra as Mulheres se encontraram
179 online para diálogos e encaminhamentos, o assunto tema do “Bloco 1” foi: Diagnóstico da
180 Mulher em Situação de Violência no Estado do Paraná, do “Bloco 2” foi: Modalidades de CRAM
181 – Estrutura Física, Recursos Humanos e Equipamentos, do “Bloco 3” foi: Modalidades de
182 CRAM – Recursos Financeiros, Mapeamento e Articulação da Rede, do “Bloco 4” foi: Análise,
183 Contexto e delimitações dos CRAMs, CRAS, CREAS, Órgãos Gestores, ou seja quais são as
184 atribuições de cada um, as demandas versus necessidades, do “Bloco 5” foi: Metodologia de
185 atuação e a parte do Sistema de informações, do “Bloco 6” foi: Capacitação de pessoal e Fluxos
186 de entrada e saída dos serviços, do “Bloco 7” foi: um compilado de tudo isso, ou seja o passo a
187 passo para implantação do CRAM, fala que os assuntos que surgiram no decorrer das reuniões
188 do GT CRAM foram, o histórico do CRAM, o trabalho com o autor da violência, as estratégias
189 de acolhimento e pós acolhimento, os relatos de experiências exitosas dos CRAMs, os relatos
190 de atendimentos a públicos específicos (ou diversidade) para mostrar que é possível e os
191 desafios, ou seja, pontos de divergências por causa das diferentes realidades de cada um dos
192 CRAMs do Paraná, mostra agora em tela o cronograma de visitas técnicas do GT CRAM que
193 consiste: dia 11/08/2023 em Araucária, 14/08 em Curitiba (Casa da Mulher Brasileira), 18/08 em
194 Ponta Grossa, 22/08 em Ibiporã, 23/08 em Londrina, 24/08 em Apucarana, 30/08 em Cianorte,
195 31/08 em Maringá, 01/09 em Sarandi, 13/09 em Campo Mourão, 14/09 em Umuarama, 20/08
196 em Foz do Iguaçu e 28/08 em Pinhais, vai finalizando falando que os profissionais que
197 participam do Grupo de Trabalho são: Equipe de Coordenação de Enfrentamento a Violência
198 Contra as Mulheres, Representante da Coordenação de Fomento ao Protagonismo Feminino,
199 Equipe dos CRAMs Municipais e CRAMs Estaduais do Paraná, representante da Casa da
200 Mulher Brasileira, Representante do Forum de Gestoras Municipais de Políticas para Mulheres
201 do Paraná, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM),
202 Representante da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Representante da Secretaria de
203 Estado do Desenvolvimento Social e Família/Coordenação da Política de Assistência Social
204 (SEDEF/CPAS) e Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP), termina a explanação
205 falando dos próximos passos do GT CRAM que são: Organização do Caderno Orientativo,
206 Apresentação do Caderno Orientativo para o CEDM, Aprovação do Caderno Orientativo por
207 meio de deliberação na reunião ordinária do CEDM e Lançamento do Caderno Orientativo,
208 finaliza deixando o Contatos da Coordenação de Enfrentamento da Violência Contra as
209 Mulheres de email cevim@semipi.pr.gov.br, site www.semipi.pr.gov.br, telefone (41) 3110-2948
210 e agradece a todas pela atenção, a Presidente Mariana agradece e parabeniza Larissa Sayuri,
211 Carmen Zadra e toda a equipe da CEVIM pelo trabalho que vem sendo realizado no GT CRAM e
212 abre a palavra para perguntas, a Conselheira Carmen Ribeiro da Rede Feminista de Saúde pede
213 a palavra e pede para estabelecer nesse trabalho a diferença entre CREAS e CRAM, que são
214 ambas políticas Federais e é difícil entender, porque o CREAS (Centro de Referência
215 Especializado de Assistência Social) está dentro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)

218 e o CRAM (Centro de Referência de Atendimento a Mulher) dentro da Política da Mulher, então
219 pensa que é importante esse entendimento, a Colaboradora Larissa Sayuri responde que o
220 CREAS presta atendimento a crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e
221 idosos, que estão em situação de violência de direitos, e o CRAM seria uma ramificação do
222 CREAS, então é algo a se rever porque o CRAM presta atendimento somente para as mulheres
223 em situação de violência, faz acompanhamento psicológico e presta auxílio na obtenção do
224 apoio jurídico, então a questão da atuação do CRAM e CREAS é muito delimitada e essa
225 questão é um dos pontos de divergências que estão sendo discutidos no GT, a Conselheira
226 Carmen agradece a resposta, não tendo mais nada a tratar a Presidente Mariana passa para o
227 próximo ponto da pauta; item sete; **7) Apresentação sobre o Fundo Estadual dos Direitos**
228 **da Mulher (FEDIM), Perspectivas e Oportunidades de Financiamento de Ações,**
229 **Programas e projetos – SEMIPI;** A Coordenadora de Enfrentamento as Violências Contra
230 as Mulheres Juliany dos Santos pede a palavra, cumprimenta todas e todos, inicia falando que
231 irá abordar, para que todas tenham conhecimento, a modalidade do Fundo Estadual que é o
232 Fundo a Fundo, mostra em tela as formas de execução de recursos do Estado que são:
233 Contratações de serviços e/ou aquisições (procedimentos licitatórios), Formalização de
234 parcerias com as Organizações da Sociedade Civil e os Repasses Fundo a Fundo, explica que
235 o Cofinanciamento Fundo a Fundo é uma implicação financeira de recursos do Estado no
236 financiamento para execução dos serviços, programas, projetos, ações e aprimoramento de
237 gestão instituídos em determinada Política Pública, com concepção teórica e política da
238 municipalização, descentralização e democratização de recursos, de Fundo Público Estadual
239 para Fundo Público Municipal e o CEDM tem função precípua de deliberar, formular e controlar
240 as políticas públicas voltadas ao atendimento da mulher, fala que os princípios de
241 Cofinanciamento no Estado são: Mecanismo de descentralização para contribuir com a
242 simplificação e celeridade do repasse para execução dos serviços, programas, projetos e
243 ações; Comprometimento com a orientação descentralizadora estabelecida na Constituição em
244 relação ao modelo de financiamento e prestação de serviços das políticas públicas envolvidas;
245 Integração da participação do controle social, garantindo papel efetivo dos Conselhos
246 Municipais no processo de acompanhamento do cofinanciamento em seus territórios e Foco na
247 finalidade dos repasses e seus resultados (efetividade), fala agora do Fundo Estadual dos
248 Direitos da Mulher que foi criado pela Lei nº 21.370/2023 em 21 de março de 2023, com
249 Decreto de regulamentação e construção da Resolução ainda em fase final, passa agora a
250 palavra para o Diretor Geral da SEMIPI Dr. Diego Buligon para fazer a explanação sobre a
251 tramitação desses documentos citados, Diego cumprimenta a todas e todos, inicia falando
252 que a regulamentação por parte do Fundo é uma obrigação para que se possa fazer o
253 repasse Fundo a Fundo, diz que foi elaborada a minuta desse Decreto de Regulamentação
254 em conjunto com toda a equipe técnica da Secretaria da Mulher justamente para que se
255 buscasse sanar eventuais problemas operacionais de repasses do fundo, porém essa
256 Regulamentação ocorre através de um decreto do Governador do Estado então existe esta
257 tramitação burocrática que não é tão simples mas já está em fase final, ou seja foi feita a
258 minuta do decreto, encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado que já fez a análise da
259 minuta, a seguir foi encaminhada para a Secretaria da Fazenda onde passa por três (03)
260 Diretorias e está faltando apenas passar por uma (01) Diretoria para retornar e ser
261 encaminhada para a Casa Civil para revisão e publicação do Decreto de Regulamentação,
262 acredita que ainda nesta semana isso ocorrerá, portanto todo um trabalho vem sendo feito
263 pela Secretaria da Mulher para que os Municípios criem Conselho da Mulher e respectivo
264 Fundo para que se possa fazer os repasses Fundo a Fundo que é a modalidade mais ágil e
265 eficaz de repasse de recursos, pois o que se almeja é que neste ano ainda se façam os
266 pagamentos aos Municípios que se habilitarem, agradece a todas pela atenção e passa a
267 palavra para Juliany continuar a explanação, Juliany explica agora o que fica para o CEDM
268 deliberar que seria os Critérios de elegibilidade, Critérios de partilha dos recursos, Execução,
269 Prestação de contas e etc., fala que para instauração de procedimentos e fluxos a ordem é a

272 seguinte: 1) Formulação – concepção, previsão orçamentária e deliberação; 2) Implementação
273 – adesão, plano de ação, revisão de condições de pagamento, abertura de contas, repasses
274 dos recursos e execução Municipal, 3) Prestação de contas – Relatório do município com a
275 aprovação do Conselho Municipal, Parecer do Setor Financeiro, Parecer da Área Técnica e
276 Relatório Final Sistematizado para o Conselho Estadual, continua a sua fala mostrando em tela
277 as ferramentas que serão utilizadas pela Secretaria, ou seja, a plataforma eletrônica que já está
278 organizada e que serve para agilizar o processo de plano e prestação de contas –
279 SIFF/SISTAG, sendo SIFF o Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo
280 a Fundo (fase municipal da adesão) e SISTAG o Sistema de Transferências e Apoio à Gestão
281 (fase estadual), então o ciclo do processo de cofinanciamento seria a Fase 1 de Formulação,
282 Fase 2 de Implementação e Fase 3 de Prestação de contas e Avaliação, diz que os
283 cofinanciados serão os municípios paranaenses de acordo com critérios estabelecidos nas
284 deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Fundo Estadual dos Direitos da
285 Mulher (FEDIM) transfere para os Fundos Municipais dos Direitos da Mulher, vai finalizando
286 falando dos **Objetivos Estratégicos** que são: 1. Avaliar os resultados e impactos do
287 cofinanciamento para a população beneficiada com os serviços; 2. Valorizar o papel de controle
288 social no processo de Cofinanciamento; 3. Aprimorar mecanismos de transparência sobre o
289 processo de cofinanciamento 4. Transformar o trabalho operacional em avaliação estratégica,
290 **Objetivos Táticos** que são: 1. Avaliar o custo do processo de cofinanciamento estadual; 2.
291 Capacitar às instâncias municipal e estadual envolvidas no processo de Cofinanciamento; 3.
292 Aperfeiçoar o apoio técnico e assessoramento aos executores das políticas; 4. Facilitar a
293 operação das análises do plano de ação e prestação de contas para as áreas envolvidas; 5.
294 Aprimorar fluxos entre as áreas do processo de cofinanciamento e **Objetivos Operacionais**
295 que são: 1. Realizar estudos específicos sobre a execução orçamentária municipal e suas
296 dificuldades; 2. Realizar estudos sobre o custo operacional de cada transferência para
297 constante avaliação de impacto que os repasses podem gerar no município; 3. Criar modelos
298 de capacitações específicas a cada instância envolvida sobre o processo e a plataforma
299 eletrônica; 4. Melhorar acesso à plataforma eletrônica aos municípios e seus conselhos e 5.
300 Disponibilizar relatórios gerenciais à consulta da população, finaliza a sua apresentação
301 agradecendo a todas pela atenção e dizendo que fica a disposição para eventuais dúvidas, a
302 Colaboradora Carmen Zadra da CEVIM pede a palavra e diz que gostaria de também contribuir
303 nessa pauta falando que política pública se faz com planejamento e com recursos financeiros,
304 que já existia o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres mas não existia o financiamento,
305 então esse é um momento histórico, inédito, pois hoje tem o recurso financeiro para
306 implementação do repasse Fundo a Fundo, a Presidente Mariana também diz que gostaria de
307 fazer uma consideração com relação ao Cofinanciamento Estadual Repasse Fundo a Fundo,
308 fala que em 21 de março de 2023 foi sancionada pelo Governador Ratinho Júnior a Lei nº
309 21.370/2023 que cria o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher no Paraná, na ocasião da
310 assinatura da Lei, o Governador do Estado determinou o repasse de R\$ 2.000.000,00 (dois
311 milhões de reais) para o Fundo e o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná anunciou
312 mais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalizando R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de
313 reais) e de imediato a pedido da Secretária Leandre anuncia que o Governador nesse momento
314 colocou mais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o Fundo, então totalizando R\$
315 6.000.000,00 (seis milhões de reais) que será o valor do ponto de partida em 2023, diz que a
316 proposta, a ideia, para utilização desses recursos aportados é a de que será realizado repasse
317 único aos Municípios paranaenses com o objetivo de financiar de forma compartilhada com a
318 gestão municipal, a implantação de serviços, programas, benefícios e projetos voltados a
319 Política da Mulher e incentivar a estruturação dos sistemas de governança, fala que que o
320 Estado do Paraná possui 399 Municípios com uma população de 5.313.532 (cinco milhões
321 trezentas e treze mil e quinhentas e trinta duas) mulheres, de acordo com o censo de 2010, o
322 novo censo de 2022 será divulgado no dia 6 de setembro de 2023, diante do exposto é
323 imprescindível a definição de critério justo e equânime para partilha dos recursos do Fundo

326 Estadual da Mulher, apresenta agora em tela o slide que mostra que o Sistema de Governança
327 idealmente deveria ser formado pelo **Organismo Próprio** de Políticas Públicas para Mulheres
328 (Secretaria, Diretoria, Departamento ou Coordenação), pelo **Conselho Municipal dos Direitos**
329 **da Mulher**, pelo **Fundo Municipal** e pelo **Plano Municipal**, mas diz que esse Sistema de
330 Governança ideal está bem distante nos Municípios paranaenses, por isso nesse primeiro
331 momento entende-se que a primeira exigência é a obrigatoriedade de ter o Conselho Municipal
332 e o Fundo Municipal, para que o Município venha receber o recurso, fala que o cenário antes
333 do evento “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” (maio de 2023) era de 17 Municípios com
334 Organismos Próprios, 149 Municípios com Conselho Municipal e 64 Municípios com Fundo
335 Municipal, e após o evento “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” (setembro de 2023) é de
336 29 Municípios com Organismos Próprios, 176 Municípios com Conselho Municipal e 91
337 Municípios com Fundo Municipal, portanto a princípio seria o grupo de 91 Municípios que
338 possuem o Fundo a ser focalizado para a utilização desses R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de
339 reais), sendo a proposta inicial trabalhar por faixa de população desses Municípios por exemplo,
340 4 faixas de população: Faixa 1 - os Municípios que tem a população de 1% de mulheres seria
341 destinada uma cota de incentivo de R\$ 50.000,00; Faixa 2 - os Municípios que tem a população
342 maior que 1% a 2% de mulheres seria destinada uma cota de R\$ 75.000,00; Faixa 3 - os
343 Municípios que tem a população maior que 2% a 4% de mulheres seria destinada uma cota de
344 incentivo de R\$ 100.000,00 e Faixa 4 - os Municípios que tem a população maior que 4% de
345 mulheres seria destinada uma cota de incentivo de R\$ 100.000,00, também como proposta
346 inicial destinar a esses Municípios uma cota variável (plus+) de R\$ 30.000,00 para aqueles que
347 possuem Organismos Próprios de Políticas para Mulheres (OPMs), ou Centro de Referência
348 de Atendimento a Mulher (CRAM) ou Unidade de Acolhimento (Abrigo), fala agora sobre a
349 proposta inicial que seria a regra do “Ranking”, ou seja, não havendo disponibilidade financeira
350 para contemplar todos os Municípios habilitados ainda em 2023, serão utilizados os seguintes
351 critérios: 1) *Dados de Violência no Município* – “ranking” baseado nos índices de violência,
352 proporcionalmente, nos municípios (boletins de ocorrência, medidas protetivas concedidas,
353 medidas protetivas violadas, tentativas de feminicídio e taxas de feminicídio) e 2) *Índice de*
354 *Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)* – “ranking” utilizando o IDSC que é a
355 ferramenta que tem como objetivo auxiliar as cidades a medir seu desempenho segundo os
356 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, bem como de permitir uma série de
357 análises que vão além dos limites Municipais, como aspectos demográficos, sociais,
358 ambientais, entre outros, finaliza a sua fala dizendo que gostaria de fazer o encaminhamento de
359 uma agenda para esse Conselho deliberar sobre estas propostas iniciais explanadas,
360 específicas para aprofundar essa temática, agenda esta que seria, dia 12 de setembro às 15
361 horas uma reunião da Comissão de Planejamento e Orçamento e no dia 14 de setembro às 14
362 horas uma reunião extraordinária do CEDM, ambas no formato virtual, todas as Conselheiras
363 concordam com a agenda de reuniões que terá como pauta a Deliberação dos Recursos do
364 Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, não tendo mais nada a tratar a Presidente passa para o
365 próximo ponto da pauta; item oito; **8) Apresentação das Ações do Plano Estadual dos**
366 **Direitos da Mulher da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR)**; A
367 Conselheira Mariluce Santos de Pontes Gogosz deseja uma boa tarde a todas, inicia a
368 apresentação mostrando em tela o EIXO 1. PROTAGONISMO E AUTONOMIA ECONÔMICA
369 PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE RENDA com a Ação: Fomentar a inserção no
370 mercado de trabalho de mulheres jovens, divulgando ações que oferecem às adolescentes e
371 jovens a oportunidade do primeiro emprego e de sua formação como aprendizes,
372 principalmente no Programa Jovem, Meta 100% atingida, com a colocação no mercado de
373 trabalho de 2.410 mulheres em 2021, 2.912 mulheres em 2022 e previsão de mais de 6.000
374 mulheres em 2023, todas da faixa etária entre 14 a 24 anos, ainda do EIXO 1 com a Ação:
375 Realizar cursos de capacitação e qualificação profissional para Mulheres utilizando a carreta do
376 conhecimento, Meta atingida com 654 mulheres inscritas no curso em 2021, 1.344 mulheres
377 inscritas no curso em 2022 e 2023 ainda a definir, fala que o Projeto Carretas do Conhecimento

380 abriu 1.746 vagas em 64 localidades espalhadas por todo o Estado no ano de 2021, abriu 3.734
381 vagas em 94 localidades espalhadas por todo o Estado no ano de 2022 e abriu 1.928 vagas em
382 49 localidades espalhadas por todo o Estado no ano de 2023, também do EIXO 1 com a Ação:
383 Colaborar com a SETR em campanha de conscientização junto aos empregadores contrata
384 pela Agência do Trabalhador, atentando para a desigualdade da mulher no mercado de
385 trabalho, especialmente em termos salariais, com objetivo de evitar a discrepância nas vagas
386 intermediadas pelas Agências do Trabalhador, Meta atingida com 919 vagas abertas para
387 mulheres em 2022, 3.921 vagas abertas para mulheres em 2023, fala também da Campanha
388 Semana da Mulher 2023 quando foram abertas 1.833 vagas para mulheres nas agências do
389 trabalhador, mostra agora o EIXO 2. PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA MAIOR
390 EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS com a Ação: Produzir um relatório analítico
391 referente à empregabilidade e inserção das mulheres paranaenses no mercado de trabalho,
392 com base nos dados obtidos pelo SINE (Sistema Nacional de Emprego), Meta atingida pois o
393 Observatório do Trabalho publicou no site da SETR boletim informativo sobre resultado de
394 empregabilidade da Mulher no primeiro trimestre de 2023 no Estado do Paraná, finaliza a
395 apresentação agradecendo a todas pela atenção, a Secretária Executiva Maria Letícia pede a
396 palavra e diz que esta apresentação das Ações do Plano Estadual da SETR estará disponível no
397 site do Conselho, www.cedm.pr.gov.br na aba Reuniões, a Presidente Mariana agradece Mariluce
398 pela apresentação e passa para o próximo ponto de pauta; item nove; **9) Relatório das**
399 **Comissões Permanentes do Mês de Julho e Setembro; 9.1) Comissão de Trabalho e**
400 **Autonomia: Pauta 1** - Definição da Coordenação e Relatoria, **Parecer da Comissão:** Por falta
401 de participação das conselheiras da SETI, SETR, CUT/PR, não foi possível definir coordenação
402 e relatoria, **Parecer do CEDM:** Definir na próxima reunião; **Pauta 2** - Relato da APP Sindicato
403 feito em reunião do CEDM em 04 de abril, quando foi sugerido que fosse feito o
404 desmembramento do relato em tópicos, plataformização na autonomia pedagógica, piso salarial,
405 equidade de gênero, lista de presença/reconhecimento facial, alimentação, **Parecer da**
406 **Comissão na reunião de junho:** Por falta da representante do SEED, não foi possível avançar
407 na discussão, foi sugerido pautar novamente na reunião de julho com a presença da
408 Conselheira representante da APP Sindicato e da SEED, **Parecer do CEDM na reunião de**
409 **junho:** Aprovado, com a sugestão de reunião extraordinária da comissão antes da próxima
410 reunião ordinária, **Parecer da Comissão na reunião de julho:** Por falta de participação das
411 Conselheiras da SETI, SETR, CUT/PR e representante do SEED, não foi possível avançar na
412 discussão, foi sugerido que seja pautado novamente na reunião de agosto com a presença da
413 Conselheira representante da APP Sindicato e da SEED, também foi sugerido uma próxima
414 reunião dessa comissão e que a SEED seja novamente convocada, **Parecer do CEDM na**
415 **reunião de julho:** Aprovado; **9.2) Comissão de Comunicação, Mobilização e**
416 **Acompanhamento dos Conselhos Municipais: Pauta 1** - Definição da Coordenação e
417 Relatoria: **Parecer da Comissão na reunião de junho:** Foi sugerida a definição destas duas
418 funções na próxima reunião da Comissão, **Parecer do CEDM na reunião de junho:** Aprovado,
419 **Parecer da Comissão:** Em 22/06, em reunião extraordinária virtual, a comissão fez a indicação
420 da Coordenadora e da Relatora, Coordenadora a Conselheira Rosalina Batista representante da
421 ASSEMPA e Relatora a Conselheira Kharin Bevervanso representante da SEAB, **Parecer do**
422 **CEDM:** Aprovado, **Pauta 2** - Desenvolvimento de plano de ação inter Conselhos Estaduais:
423 Desenvolver um plano inter Conselhos Estaduais (CONSEPIR, CONSEA, Conselho da Saúde,
424 CEAS, CEDI, CEDCA entre outros) para que possam debater em conjunto e levar para a plenária
425 as definições de quais são as ações prioritárias em relação as necessidades de saúde, educação,
426 fragilidades e discriminação, para que as políticas públicas sejam consolidadas, **Parecer da**
427 **Comissão na reunião de junho:** Devido ao número reduzido de conselheiras deliberou-se por
428 realizar reunião online da Comissão, a fim de cumprir esta demanda e que seja incluído no Plano
429 Inter Conselhos Estaduais, o Comitê Estadual LBTQI+, **Parecer do CEDM na reunião de junho:**
430 Pautar novamente na próxima reunião, **Parecer da Comissão:** Em reunião extraordinária virtual,
431 realizada em 22/06, a Comissão decidiu pelo encaminhamento de ofícios ao CONSEPIR,

434 CONSEA, Conselho da Saúde, CEAS, CEDI, CEDCA, Conselho da Educação, Comitê Estadual
435 LBTQI+, solicitando informações sobre as pautas afetas à mulher que estão sendo discutidas
436 nesses conselhos bem como os calendários das reuniões para conhecimento e possível
437 participação das representantes do CEDM, ainda solicitar informações de como os Conselhos
438 Estaduais discutem a política da mulher em seus respectivos Planos Estaduais, **Parecer do**
439 **CEDM**: Aprovado; **Pauta 3** - Curso de Capacitação de Conselhos: **Parecer da Comissão de**
440 **Planejamento e Orçamento na reunião de junho**: Encaminhar para Comissão Comunicação,
441 Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos Municipais para avaliação do conteúdo dos
442 cursos de capacitação de conselhos e a proposta metodológica a ser recomendada ao
443 programa Caravana Paraná Unido pelas Mulheres, **Parecer do CEDM na reunião de junho**:
444 Aprovado, ver parecer da comissão de comunicação; **Parecer da Comissão**: Realizada reunião
445 virtual extraordinária em 22 de junho quando foi definido a partir do curso já existente no you tube,
446 elaborar um roteiro mais atualizado para o curso, com a proposta de 5 módulos e que em um
447 deles seja abordado o tema: “Papel do Controle Social na Gestão”, o curso poderá ser
448 disponibilizado pela plataforma da Escola de Gestão, com sugestão de que os primeiros módulos
449 sejam sobre a implantação de Conselhos e Fundos Municipais da Mulher e os últimos módulos
450 com temas que podem variar durante o ano, a Conselheira Rosalina solicitou o encaminhamento
451 de material desenvolvido pelo CEDM que pode subsidiar a construção do novo curso e sugere
452 que as próximas reuniões da Comissão possam ser realizadas presencialmente na tarde que
453 antecede as reuniões do Conselho, também será realizada uma reunião extraordinária da
454 Comissão no dia 04 de agosto no formato online, para tratar especificamente deste item, **Parecer**
455 **do CEDM**: Aprovado; **Pauta 4** - Relato da participação da Conselheira Rosalina na reunião
456 técnica “O CRAM na prática”: **Parecer da Comissão na reunião de junho**: Devido à ausência
457 da conselheira responsável pelo relato, deliberou-se para que a mesma faça o relato, na
458 reunião da Comissão, em tempo, após o almoço, a conselheira Rosalina fez o referido relato
459 e sugeriu que se faça a reunião da Comissão antes do início das Caravanas (15 de junho),
460 para que as caravanas não comecem sem ter o alinhamento entre os Conselhos, o relato foi
461 anexado no Grupo de Whatsapp, **Parecer do CEDM na reunião de junho**: verificar a agenda
462 das conselheiras para realização de reunião virtual antes do dia 15, se possível, **Parecer da**
463 **Comissão**: Realizada reunião virtual extraordinária em 22 de junho, a Conselheira Rosalina
464 encaminhou a sistematização dos assuntos discutidos na referida reunião para conhecimento da
465 Comissão, conforme a seguir: **Reunião Técnica sobre os CRAMs do Paraná**: dias 29 e
466 30/05/2023; **CRAM de Araucária** - Na apresentação o município está 4º lugar na questão do
467 feminicídio, segundo o Mapa da violência, possui educador social; sala para Patrulha Maria da
468 Penha; sala para OAB em parceria com faculdade e foi construído com dinheiro do judiciário, a
469 equipe faz atendimento as mulheres que solicitam renovação ou revogação das Medidas
470 Protetivas, atendimento grupal e é aberto, onde a mulher pode entrar a qualquer momento, está
471 com grande problema com a Delegacia Especializada (péssimo atendimento), a equipe
472 participar dos encontros com homens realizado pelo judiciário, também acompanha a
473 Delegacia na busca de pertences das mulheres e tem abrigo; **CRAM de Curitiba** - Curitiba tem
474 07 Casas da Mulher Brasileira, tem brinquedoteca e a equipe fica com as crianças para
475 observar se as mesmas sofrem violência, também aceitam animais pois tem o “pet friendly” e
476 apresentaram um vídeo com depoimentos de mulheres que superaram a violência; **CRAM de**
477 **Guarapuava** - apresentou um sistema de dados que foi comprado com uma empresa de
478 Londrina e o sistema é superdidático; **CRAM de Ponta Grossa** - os atendimentos individuais
479 são entre 6 a 10 sessões e depois oferecem atendimento grupal através de grupos reflexivos,
480 não elaboram relatório para a Justiça, o projeto “Agentes pelas Mulheres” tem como objetivo
481 capacitar 300 agentes comunitárias, para explicar sobre o sinal canadense “# signal for help”,
482 onde a mulher dobre o dedão e depois os demais para pedir ajuda e também tem parceria com
483 o projeto do CONDOR – “Transformando Vidas”, onde oferecem emprego para as mulheres em
484 situação de violência e a mulher uma vez por semana é liberada para ser atendida por uma
485 psicóloga do CRAM; **CRAM de Umuarama** - atende no prédio junto com o CREAS, o CRAM

488 atende mulheres em situação de violência e o CREAS atende idoso e Pessoas com Deficiência,
489 devido a reforma tiveram que sair de um espaço maravilhoso e talvez perderão o mesmo;
490 **Demais assuntos apresentados:** Terezinha de Maringá falou sobre a CIPA (Comissão Interna
491 de Prevenção de Acidentes) que esse ano elegeu o tema assédio sexual e moral no trabalho
492 para trabalhar com os funcionários das empresas, Carmem da Secretaria do Estado destacou
493 que foi levantada a questão da defasagem das Normas Técnicas dos CRAMS do Governo
494 Federal, pois é de 2006 e essas Normas não apresentam diferença para municípios de
495 realidade diferentes, Carmem ainda destacou que o Estado está pensando na implantação do
496 Observatório no Estado, que muitos municípios ainda não possuem Conselho dos Direitos da
497 Mulher e nem Fundo, também falou que Cianorte apresentou que o município tem somente 1%
498 de reincidência de violência praticada pelos homens por isso é importante um levantamento
499 mais detalhado e é importante fazer um levantamento dos abrigos no PR e seus critérios,
500 Rosalina destaca agora o **Objetivo do Grupo Técnico proposto pelo Estado:** fortalecer as
501 parcerias no enfrentamento às violências contra as mulheres, refletir a metodologia do CRAM,
502 elaborar documentos técnicos (como exemplo Guia dos CRAMS), reorganizar o
503 assessoramento técnico de gestão estadual às gestões municipais e CRAMS e implantar um
504 sistema de geração e dados e compartilhamento de informações e destaca também a **Proposta**
505 **para criação do Grupo Técnico:** os encontros serão semanais, todas as terças-feiras das 9 às
506 12 horas, na forma presencial e virtual, a duração do grupo será de 02 meses, sendo 08
507 encontros, para depois elaborarem o guia, irão rever as datas, pois as datas informadas não
508 serão as mesmas e também irão criar um grupo pelo WhatsApp com as representantes dos
509 CRAMS do Paraná e repassarão as datas dos encontros; **Parecer do CEDM:** Ciente; **Pauta 5 –**
510 **Apresentação da Rede de Serviços oferecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA) em**
511 **casos de violência contra a mulher: Parecer da Comissão:** Após a verificação em ata da
512 sugestão de encaminhamento a esta comissão, sugere-se remeter para a mesa diretiva, para que
513 possa pautar em reunião ordinária em especial após a posse do novo Conselho, **Parecer do**
514 **CEDM:** Aprovado; **Pauta 6 - Moção sobre vacinação e exames citopatológicos: Parecer da**
515 **Comissão:** A Comissão aprova o encaminhamento da moção apresentada pela SESA e propõe
516 que seja também encaminhada a todos os gestores municipais da política da mulher, gestores
517 municipais da política de saúde e respectivos conselhos municipais, nesse momento a moção a
518 ser encaminhada foi lida pela Secretária Executiva Maria Letícia, a conselheira Carolina Poliquesi
519 da SESA pede a palavra e sugere que seja acrescentado nessa moção o seguinte parágrafo:
520 “solicitamos ampla adesão e mobilização para a Campanha multivacinação que acontecerá entre
521 os dias 14 e 28 de outubro deste ano, assim como o “dia D” que acontecerá no dia 21 de
522 outubro”, **Parecer do CEDM:** Aprovado, com a inclusão do parágrafo sugerido por Carolina,
523 também divulgar nos demais canais de comunicação do Estado tais como: Secretarias de Estado,
524 Conselhos Municipais da Mulher e site do CEDM; **9.3) Comissão de Planejamento e**
525 **Orçamento: Pauta 1 - Indicadores das mulheres em situação de risco através das drogas,**
526 **pauta solicitada pela Conselheira Silvana Rausis da ASSEMPA na reunião plenária do mês de**
527 **junho do CEDM, a Conselheira Silvana Rausis informou que faz parte do Conselho de**
528 **Políticas sobre Drogas de Curitiba e gostaria de pautar os indicadores das mulheres em**
529 **situação de risco através da droga, seja ela dependente ou relacionada a alguém que atua**
530 **nessa área, com esses dados seria possível fazer o resgate dessas mulheres para as casas-**
531 **abrigo e posterior encaminhamento para uma formação a qual lhes proporcione um trabalho,**
532 **Parecer da Comissão:** A Conselheira Silvana Rausis, que propôs a pauta, não compareceu
533 na reunião ordinária do mês de julho, bem como, a Comissão conta com a presença de
534 apenas uma conselheira, sendo assim, esta Comissão delibera que esse ponto seja discutido
535 no próximo mês, **Parecer do CEDM:** Aprovado, esclarecer com a proponente da pauta qual é
536 a proposta; **9.4) Comissão de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher: Pauta 1 - Lei**
537 **Maria da Penha nas escolas, pauta solicitada pela Conselheira Sílvia Cristina de Lima da**
538 **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), Parecer da Comissão**
539 **no mês de junho:** Será pautado na próxima reunião da comissão considerando ausência da

542 proponente e da necessidade de convite para a representante da SEED para discussão da
543 pauta afeta, **Parecer do CEDM no mês de junho**: Aprovado, **Parecer da Comissão no mês**
544 **de julho**: Retirada da pauta considerando a ausência da proponente e material para análise
545 da demanda em duas reuniões consecutivas e a impossibilidade desta Comissão realizar
546 discussão devido a falta de elementos, **Parecer do CEDM**: Aprovado; **Relato Mês de**
547 **Setembro: Pauta 1** – Protocolo do Femicídio/Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da
548 Violência contra as Mulheres - Indicação de pontos a esclarecer com a Coordenação do
549 Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: suas atribuições
550 referentes ao protocolo do feminicídio, quais os órgãos que compõem a rede de proteção a
551 nível estadual, necessidade de ampliar o item relativo ao aprimoramento da qualidade dos
552 dados de violência contra as mulheres abarcando não apenas a comunicação
553 interinstitucional mas também a publicização dos dados para consulta pública, **Parecer da**
554 **Comissão**: Encaminhar questionamento dos itens relacionados à Coordenação do Comitê
555 Interinstitucional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, **Parecer do CEDM**:
556 Aguardar a instalação do Comitê para que essas questões possam ser encaminhadas,
557 compartilhar com as Conselheiras o link do BI (Business Intelligence) da SESP, **Pauta 2** –
558 Padronização dos formulários de atendimento às vítimas de violência - A partir do relato
559 feito pela Vereadora de Irati – Vera Gabardo, avaliar os formulários de atendimento às
560 mulheres vítimas de violência, para que não conste na notificação ao agressor o local onde
561 a vítima se encontra quando solicitada a medida protetiva, criar mecanismos para garantir o
562 sigilo sobre a localização da vítima quando da solicitação da medida protetiva, **Parecer da**
563 **Comissão**: Encaminhar a solicitação à SESP, Ministério Público, Poder Judiciário (CEVID),
564 Defensoria Pública e também comunicar à vereadora dos encaminhamentos do CEDM
565 referentes a sua denúncia, **Parecer do CEDM**: Aprovado, com a sugestão de agendamento
566 de uma reunião com o Ministério Público, Defensoria Pública, SESP, Procuradoria da Mulher,
567 Poder Judiciário, OAB e integrantes da Comissão, sendo essa reunião no formato virtual,
568 **Pauta 3** – Implantação e metodologia de atuação das Casas da Mulher Brasileira: **Parecer**
569 **da Comissão**: Solicitar à Coordenação de Enfrentamento A Violência Contra as Mulheres
570 informações sobre: quais os municípios do Paraná vão receber o financiamento para
571 construção da Casa da Mulher Brasileira, sobre o Pacto de Enfrentamento à Violência,
572 encaminhar também a mesma solicitação ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
573 enfatizando a necessidade de diálogo para conhecimento das ações realizadas pelo
574 Governo Federal; **Parecer do CEDM**: Aprovado, encaminhar ofício ao Ministério das Mulheres
575 e Conselho Nacional solicitando as informações; **Pauta 4** – PL n.º 607/2023 – Afixação de
576 cartazes informativos sobre o dever legal de comunicação às autoridades de casos de
577 estupro - o CEDM tomou conhecimento do Projeto de Lei e gostaria de fazer ponderações,
578 tais como: a) Assunto já discutido anteriormente no CEDM junto à Defensoria Pública,
579 SESA, SESP, serviços de saúde que atendem a violência sexual e também junto aos demais
580 Estados da União, devido a publicação pelo Ministério da Saúde, na gestão que findou em
581 2022 de um protocolo de atendimento onde esta obrigação estava inclusa; b) Incompatibilidade
582 entre a legislação apontada no PL 607/2023 com a legislação que rege a conduta dos
583 profissionais da saúde referente a quebra do sigilo com exceção quando se tratar de criança ou
584 adolescente ou pessoa incapaz de expressar sua vontade sendo então necessária a
585 comunicação às autoridades competentes; c) Para proteger a saúde física e emocional da
586 vítima de estupro é essencial acolhê-la com respeito e discrição em um ambiente seguro para
587 ouvi-la e realizar os procedimentos de profilaxia, a existência de obrigatoriedade de
588 comunicação externa de casos de estupro leva as vítimas a não buscarem atendimento médico;
589 d) Existência de um instrumento de cooperação entre a SESP e a SESA que estabelece os
590 procedimentos para a realização dos referidos exames e laudos periciais em ambiente
591 hospitalar definindo em síntese as formas de comunicação com a Delegacia de
592 Polícia/NUCRIA, **Parecer da Comissão**: Diante do exposto, encaminhar ofício ao Deputado
593 Ney Leprevost, que propõe o Projeto de Lei, com as ponderações feitas pelo CEDM e solicitar

596 o arquivamento do mesmo, a Conselheira Carmen lê nesse momento a minuta feita por ela do
597 ofício a ser encaminhado ao Deputado Ney Leprevost que diz o seguinte: Prezado Deputado,
598 O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, tomou conhecimento de Projeto de Lei
599 de sua autoria que “DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE CARTAZES INFORMATIVOS SOBRE O
600 DEVER LEGAL DE COMUNICAÇÃO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES DE CASOS DE
601 ESTUPRO” e gostaria de apresentar algumas considerações para a sua apreciação. A
602 obrigatoriedade de comunicação dos casos de estupro atendidos por profissionais da saúde já
603 foi objeto de várias discussões no âmbito deste Conselho, como também, junto à Defensoria
604 Pública, à Secretaria de Estado da Saúde e da Segurança Pública do Paraná e também junto
605 aos serviços de saúde que atendem a violência sexual. Tal discussão não se limitou apenas ao
606 Estado do Paraná, pois exigiu um posicionamento dos demais Estados por ocasião da
607 publicação pelo Ministério da Saúde na gestão que findou em 2022 de um protocolo de
608 atendimento onde esta obrigação estava inclusa. Os motivos que levaram a tais discussões à
609 época e novamente neste momento, trazem à tona vários aspectos legais e de saúde pública, a
610 saber: – Há uma incompatibilidade entre a legislação apontada no PL 607/2023, a qual
611 justificaria a proposta nele contida, ou seja, a Lei de Contravenções Penais, com a legislação
612 que rege a conduta dos profissionais da saúde, respectivamente os Códigos de Ética de cada
613 uma das profissões da área, uma vez que vedam a comunicação de qualquer dado relativo aos
614 pacientes atendidos para fora do ambiente específico da saúde e mesmo dentro deste ambiente
615 sempre que não for necessário ao tratamento do paciente. A quebra do sigilo só é aceita com a
616 autorização expressa do paciente, ou quando se tratar de criança ou adolescente ou pessoa
617 incapaz de expressar sua vontade, sendo então necessária a comunicação às autoridades
618 competentes; – Para proteger a saúde física e emocional da vítima de estupro é essencial
619 acolhê-la com respeito e discrição em um ambiente seguro para ouvi-la e realizar os
620 procedimentos de profilaxia, colher materiais para exame laboratorial e iniciar as medicações
621 preventivas para as infecções sexualmente transmissíveis, incluídas o HIV/AIDS, bem como, a
622 prevenção da gravidez. Tais procedimentos terão maior eficácia se realizados nas primeiras
623 horas pós-exposição (até 72 horas). A existência de obrigatoriedade de comunicação externa de
624 casos de estupro leva as vítimas a não buscarem atendimento médico quando não estão
625 dispostas ou em condições de levar adiante um processo legal, trazendo sérios riscos à sua
626 saúde. As razões que levam as vítimas a esta atitude são múltiplas, passando pelo medo de se
627 expor perante a sua comunidade por se tratar de um crime que envolve sua vida sexual, medo
628 do agressor que poderá reagir com novas agressões à vítima e/ou sua família, a incapacidade
629 emocional, mesmo que momentânea, de enfrentar um processo e manter vivas as lembranças
630 de um trauma que deseja esquecer. Assim, é essencial respeitar as motivações, as condições e
631 a vontade da vítima adulta, que amenizado o trauma inicial, poderá fazer a denúncia e dar
632 seguimento a um processo; – A busca pela necessária articulação entre as áreas da Saúde e da
633 Segurança Pública em relação aos casos de estupro, visando o atendimento humanizado às
634 vítimas, à preservação de sua saúde e à realização de exames e laudos periciais, levou à
635 formalização de um instrumento de cooperação entre as respectivas secretarias. Este
636 instrumento estabelece os procedimentos para a realização dos referidos exames e laudos
637 periciais em ambiente hospitalar, definindo, em síntese, as formas de comunicação com a
638 Delegacia de Polícia ou NUCRIA. Por sua vez, cabe à Delegacia emitir solicitação de realização
639 de laudo pericial ao Instituto Médico Legal, que é avisado pelo Hospital de referência onde a
640 vítima está sendo atendida de forma que o perito se desloque a este estabelecimento para
641 cumprir esta finalidade. A articulação entre as duas Secretarias de Estado envolvidas neste
642 atendimento tem acontecido a contento e sempre que são editadas novas leis ou normativas
643 técnicas, os procedimentos são readequados garantindo a pacificação de eventuais distonias o
644 que tem permitido vida-longa a esta cooperação Intersecretarial que tem se mantido nos últimos
645 20 anos. O Conselho de Direitos da Mulher monitora a Política de Atenção às Vítimas de
646 Violência Sexual manifestando seu total respaldo e se manifestando sempre que problemas são
647 identificados com o objetivo de garantir os direitos das pessoas vitimadas, como também dos

650 profissionais envolvidos. Diante do exposto este Conselho de Direitos vem solicitar ao nobre
651 Deputado que retire o Projeto de Lei, encaminhando-o para arquivamento, em nome do bom
652 andamento dos serviços que atendem as vítimas de violência sexual no Estado do Paraná,
653 dando segurança aos profissionais que se dedicam a prestar tal atendimento. Este Conselho se
654 coloca sempre à disposição da ALEP, dos deputados e de suas equipes técnicas e assessoras
655 para contribuir com discussões, dados e conhecimentos acumulados visando contribuir para o
656 bom atendimento às cidadãs e cidadãos paranaenses. **Parecer do CEDM:** Aprovado,
657 encaminhar também esse ofício para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ),
658 Procuradoria da Mulher, Comissão da Mulher da ALEP, CEVID/TJPR, MP (NUPIGE),
659 Defensoria Pública (NUDEM) e OAB (CEVIGE) e incluir no ofício que o CEDM tomou
660 conhecimento da Nota Técnica da Defensoria Pública; **9.5) Comissão de Legislação e**
661 **Normas: Pauta 1** - Definição da Coordenação e Relatoria, **Parecer da Comissão:** As
662 Conselheiras presentes da Comissão de Legislação e Normas deliberaram que a Coordenação
663 da Comissão ficará a cargo da Conselheira da Federação de Mulheres do Paraná (FMPR) e a
664 Relatoria com a Conselheira da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU), **Parecer**
665 **do CEDM:** Aprovado; **Pauta 2** – Emenda incluída no Art. 3º da Lei nº 19.701/2018 que trata da
666 cesárea eletiva, **Parecer da Comissão:** Considerando que na reunião ordinária do Conselho
667 Estadual dos Direitos da Mulher no mês de maio de 2023, no ponto de pauta “11) Apresentação
668 das Ações da Secretaria Estadual da Saúde (SESA) voltadas a Saúde da Mulher e Atenção
669 Materno Infantil”, apresentado pela Conselheira Carolina Poliquesi, surgiu questionamento da
670 Conselheira Carmen em relação a diminuição da taxa de cesáreas, a qual salientou a existência
671 de legislação voltada para as boas práticas de parto contra a violência obstétrica, e que a
672 emenda da Lei, que incluiu o direito a escolha da cesárea sem indicação clínica contribuiu para
673 aumentar muito a taxa, a Presidência do CEDM propôs o encaminhamento de solicitação para a
674 Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) abordando a situação exposta e remeteu essa
675 discussão para a Comissão de Legislação e Normas, posto que, esta Comissão contou com o
676 apoio da Conselheira Carolina da SESA que apresentou sugestão de texto a ser encaminhado
677 para a ALEP, e durante a reunião da Comissão foram sugeridas adequações do texto que será
678 apresentado na plenária para aprovação e encaminhamento, a Secretária Executiva Maria
679 Letícia nesse momento leu a Moção sobre a lei nº 20.127/2020 a ser encaminhada para ALEP,
680 **Parecer do CEDM:** Aprovado, encaminhar também para a Comissão de Constituição e Justiça,
681 Conselho Estadual da Saúde, Conselhos Municipais da Saúde, Conselhos Municipais dos
682 Direitos da Mulher e publicar no site CEDM; **Pauta 3** – Lei de Licitações do Estado do Paraná,
683 **Parecer da Comissão:** O Decreto-Lei nº 10.086/2022, que regulamenta no âmbito da
684 Administração Pública Estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº
685 14.133, de 01 de abril de 2021 que “*Estabelece normas gerais de licitação e contratação para*
686 *as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do*
687 *Distrito Federal e dos Municípios*” em seu Art. 91 coloca como critério de desempate de licitação
688 a empresa que promoveu ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de
689 trabalho, o Art.331, parágrafo 1º delimita o que são consideradas ações de equidade de gênero,
690 esta comissão delibera por dar amplo conhecimento do dispositivo legal em comento, de modo
691 a incentivar empresas a desenvolver ações de equidade de gênero, **Parecer do CEDM:**
692 Aprovado, encaminhar para todas as Comissões de Licitação das Secretarias Estaduais
693 solicitando observância da norma; não tendo mais nada a tratar a Presidente Mariana passa
694 para o próximo ponto da pauta; item dez; **10) Palavra das Conselheiras;** A Vice Presidente
695 Maria Isabel pede a palavra, fala que a reunião do dia de hoje foi extremamente produtiva, que
696 está muito feliz pois parte das expectativas de construção de políticas para mulheres tem agora a
697 possibilidade de se efetivar e que no mês de outubro na Câmara Municipal de Palmeira irá
698 receber uma homenagem pelo seu trabalho realizado em Palmeira, que esse reconhecimento é
699 muito gratificante, agradece a todas, deseja um ótimo final de tarde e diz que seguem na
700 caminhada, a Presidente Mariana parabeniza Maria Isabel pela homenagem que ela receberá,
701 fala que hoje as 18:30 horas na Biblioteca Pública do Paraná a Conselheira Mariana Lopes da

702 Silva Bonfim da Secretaria de Estado da Cultura estará lançando o seu livro “A ausência do olhar
703 de Gênero” então que as Conselheiras que puderem vão prestigiar esse evento, que é muito
704 importante, a Conselheira Carmen Ribeiro pede a palavra e diz que gostaria de relembrar que foi
705 feita uma proposta de alteração da data de encerramento das inscrições de entidades nas
706 eleições da Sociedade Civil e ficou em aberto essa questão, pensa que pode se postergar o
707 período das inscrições, então fica como deliberação dessa reunião a ampliação da data de
708 encerramento das inscrições das entidades da Sociedade Civil no Processo Eleitoral, que a data
709 de encerramento que seria no dia 11 de setembro passa a ser no dia 15 de setembro, todas as
710 Conselheiras concordam com essa deliberação de alteração do cronograma do Processo
711 Eleitoral, a Presidente Mariana diz que gostaria agora de ouvir a Assessora da Diretoria de
712 Políticas Públicas para Mulheres Fátima Yokohama, que está presente nessa reunião, que tem
713 ajudado bastante em todos os processos da Secretaria da Mulher, agradece muito a sua
714 dedicação, Fátima cumprimenta as Conselheiras presentes e diz que gostaria de falar da
715 satisfação que tem de poder compartilhar esse momento, reunião positiva, de sucesso e mais do
716 que nunca de engajamento de toda a equipe para se chegar hoje e anunciar o início do trabalho
717 com o Fundo Estadual da Mulher, a possibilidade de levar as políticas públicas para as mulheres
718 aos Municípios é uma vitória, então agradece a toda a equipe e diz que também gostaria de
719 agradecer a Mariana pela oportunidade dada a ela de participar nesse trabalho, Mariana
720 agradece Fátima, não tendo mais nenhuma solicitação de fala agradece a todas as
721 Conselheiras, Convidadas(os), Colaboradoras(es) e toda a equipe da Secretaria da Mulher e
722 finaliza desejando um ótimo final de tarde, dando por encerrada a Reunião Ordinária. Esta ATA
723 foi gravada por Sandra Cristina Hey Paizani da Equipe Técnica da Secretaria Executiva da
724 SEMIPI, e será encaminhada as Conselheiras para contribuições, depois de aprovada em
725 reunião plenária será publicizada no site do CEDM/PR.

726
727
728

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ - CEDM/PR
Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – Centro Cívico – Curitiba – Paraná